



ISSN 2238-118X

CADERNOS CEPEC

V. 2 N. 3 Março de 2013

**AS CIDADES MÉDIAS DO HINTERLAND AMAZÔNICO PARAENSE:
URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM PERÍODO RECENTE**

**Valdejane Lopes de Oliveira
José Raimundo Trindade**

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia



CADERNOS CEPEC

Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará

Periodicidade Mensal – Volume 1 – N° 1 – Fevereiro de 2012

Reitor: Carlos Edilson de Oliveira Maneschy

Vice Reitor: Horácio Shneider

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Marcelo Bentes Diniz

Vice Diretora: Maria José de Souza Barbosa

Coordenador do Mestrado em Economia: José Nilo de Oliveira Júnior

Editores

José Raimundo Barreto Trindade

Sérgio Rivero

Conselho Editorial

Armando Souza

Marcelo Diniz

David Carvalho

Raimundo Cota

Francisco Costa

José Nilo

José Trindade

Danilo Fernandes

Gilberto Marques

Sérgio Rivero

Gisalda Filgueiras

Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail:

cepec.ppge@gmail.com.

Página na Internet: www.ufpa.br/cepec/

Cadernos CEPEC

Missão e Política Editorial

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km², o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

Instruções para submissão de trabalhos

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editorialistas, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65).

Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. AS CIDADES MÉDIAS SOB PERSPECTIVA TEÓRICA DOS ESTUDOS URBANOS..	7
2. A URBANIZAÇÃO E O DINAMISMO DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS	11
4. AS CIDADES MÉDIAS NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	17
5. DINÂMICA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICAS DAS CIDADES MÉDIAS DO HINTERLAND PARAENSE.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

AS CIDADES MÉDIAS DO HINTERLAND AMAZÔNICO PARAENSE: URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM PERÍODO RECENTE¹

Valdejane Lopes de Oliveira²
José Raimundo Trindade³

RESUMO

Os franceses foram os pioneiros a apresentarem discussões sobre a temática das cidades médias, desde o fim da segunda Guerra Mundial, mas principalmente a partir dos anos 50. No entanto, é somente nos finais dos anos sessenta que surge um conceito sobre cidades médias, na França, o qual estava associado às políticas de desconcentração de população e atividades implementadas pelo VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971-1975), período em que a preocupação dos planejadores era o desenvolvimento regional e a correção dos desequilíbrios regionais. A definição de cidades médias sempre esteve associada de imediato ao seu porte demográfico, porém, estudos recentes apontam a necessidade de identificar fatores qualitativos associados as suas funções e os papéis desempenhados por elas, além disso, ainda existe a dificuldade de encontrar um valor quantitativo que identifique cidade média, já que a escala populacional varia de acordo com a análise. A presente pesquisa tem como objetivo investigar se as cidades paraenses com população superior 100 mil habitantes, vivendo em áreas urbanas, não pertencentes à região metropolitana, desempenham papéis de cidades médias. Dessa forma, serão abordados estudos urbanos referentes à temática, com a apresentação dos conceitos e suas limitações, logo em seguida, será exposta uma breve contextualização do processo de urbanização na Amazônia brasileira, e por último será analisado se as cidades consideradas são capazes de desempenharem papéis de cidades médias.

Palavras-chaves: Cidades médias; Urbanização; Cidades paraenses.

ABSTRACT

Since the end of the World War II, and mostly from the 50s, the French were the pioneers to present the discussion on the issue of medium-sized cities. However, it is only in the late sixties that a concept on intermediate cities appears in France, mainly linked to the policies of decentralization of population and activities implemented by the VI Plan of Economic and Social Development (1971-1975), which was a period when regional development and the correction of regional imbalances were the main concern of planners. Although the definition of medium-sized cities has always been associated to their demographic size, recent studies indicate the need to identify further qualitative factors associated with the roles played by them and their dynamics. Moreover, there is still the difficulty of finding a quantitative indicator of a medium city, since the population scale varies according to the analysis. This research aims to investigate whether or not the role played by cities in Pará State, with over 100,000 inhabitants in urban and non-metropolitan areas, is that of a medium-sized city. Thus, urban studies will be discussed relating to the theme, with the presentation of the concepts and their limitations. In addition, a brief contextualization of the urbanization process in the Brazilian Amazon will be presented. Finally, the analysis of the role of these cities as that of a medium-sized city will be presented.

Keywords: Medium size citiesa; urbanization; Amazonian cities.

¹ Este artigo resultou do Trabalho de Conclusão de Curso defendido pela primeira autora sob orientação do segundo autor.

² Economista formada pela Universidade Federal do Pará.

³ Professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE/UFGA).

INTRODUÇÃO

O estado do Pará, ao longo das três últimas décadas, vem sofrendo um processo de transformação estrutural que tem sido observado por meio do crescimento da sua população - resultante da forte imigração - e também do crescimento e surgimento das novas cidades e municípios. Parte-se, neste artigo, da premissa de que está em curso uma tendência de urbanização com grande volume da população em um número reduzido de cidades, e que as cidades médias ganharam relevância neste processo.

O presente trabalho tem como objetivo investigar as cidades paraenses com população superior a 100 mil habitantes vivendo em área urbana, que não pertençam a Região Metropolitana de Belém (SANTOS, 2008). Dessa forma, questiona-se se cidades paraenses selecionadas, como alvo da presente pesquisa, cumprem o papel de cidades médias na primeira década do século XXI. Embora seja um número pequeno destas cidades, ainda assim, participam com elevado percentual da população e das atividades econômicas do Estado do Pará.

O critério demográfico tem sido o mais aplicado para identificar as cidades médias. Apesar do tamanho populacional ser um atributo sempre presente nos estudos, porém, é reconhecido como insuficiente, atualmente, faz-se presente a discussão acerca do que deve ser designada cidade média. Discutem-se os critérios para sua classificação, visando não apenas a dimensão demográfica, mas a utilização de outros aspectos como: localização numa rede urbana, funções que a cidade em estudo possui relações externas, dinâmica e estrutura interna, a forma como ela estabelece relações com as diversas cidades componentes da sua rede urbana, entre outras.

A fim de verificar se de fato as referidas cidades cumprem o papel de cidades médias, foram selecionadas algumas variáveis que indicam a capacidade das cidades médias de ofertar bens e serviços não somente para sua população, mas para os municípios próximos os seus limites. O artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução: inicialmente se discute os aspectos teóricos que embasam a definição de cidade média; a segunda seção trata da dinâmica urbana brasileira, suas contradições e, especialmente, a conformação do perfil das cidades médias nacionais; a terceira seção estabelece parâmetros amazônicos para análise e, finalmente, na quarta seção, tratamos da dinâmica econômica e demográfica das cidades médias paraenses.

1. AS CIDADES MÉDIAS SOB PERSPECTIVA TEÓRICA DOS ESTUDOS URBANOS

Os estudos que têm sido desenvolvidos referentes às cidades médias, podem ser divididos, segundo Costa (2002), em pelo menos dois diferentes grupos: o primeiro trata a cidade média segundo a dimensão de escala urbana; o segundo prioriza os aspectos referentes as políticas de ordenamento e de desenvolvimento citadino e, portanto, interligando-as à escala regional. A primeira vertente já vem sendo debatida há algum tempo, enquanto a segunda, que associa as cidades médias às funções e ao seu papel no sistema urbano e regional, só se afirmou muito recentemente.

Quanto a primeira vertente, a interpretação de cidade média, deriva da chamada “dimensão ótima” da cidade, na perspectiva de uma entidade econômica e socialmente equilibrada. Essa concepção teria raízes clássicas vinculadas tanto cultura urbana grega da antiguidade, quanto a cultura urbana pré-modernista. Deste modo, pode-se fazer uma releitura das características de equilíbrio da cidade média através do conceito de cidade de Aristóteles, e das concepções de Ebenezer Howard (Cidade-Jardim) e Le Corbusier (Cidade-Rádiosa). Para esses autores, a própria natureza das funções citadinas indicaria o limite do crescimento, evidenciando que a concepção de cidade se pautaria no equilíbrio entre suas dimensões espaciais e de uso cotidiano. Howard e Le Corbusier complementam esta concepção de equilíbrio, através do planejamento que contemplaria o crescimento populacional e as novas funções do cotidiano urbano (COSTA, p. 98-115).

A segunda vertente é bastante recente e surge enquanto foco de análise nas décadas de 1950 e 1960, como uma maneira de tentar resolver problemas vinculados ao desenvolvimento e a correção dos desequilíbrios regionais, como parte integrante de uma política regional, ainda que nesse período ainda não houvesse formulações conceituais a esse respeito. Essa vertente conceitual de “cidade média” surgiu primeiramente na França, associada às políticas de desconcentração populacional e as atividades implementadas pelo “VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social” (1971-1975). Nesse Plano destacam-se os principais objetivos de desenvolvimento local vinculados aos aspectos de espacialidade urbana: a distribuição mais equilibrada do emprego, a continuação do desenvolvimento da região Oeste francesa e o reforço das regiões de fronteira. Para atingirem estes objetivos, fazia-se necessário a existência de uma rede urbana equilibrada e para a qual era indispensável o reforço das cidades médias (COSTA, 2002).

Vale observar que independente da vertente de análise considerada, há uma necessidade de melhor entendimento quanto a significação de cidade média, colocando-se de imediato a questão da sua definição. Alguns autores definem cidades médias usando como critério a variável demográfica. Embora o conceito determine a noção de dimensão populacional, enfrenta das mesmas dificuldades que a definição de cidade. A existência de diversos valores propostos pelas inúmeras organizações internacionais e nos estudos pesquisados em vários países vem confirmar a insuficiência de um critério que se firme exclusivamente na dimensão populacional (COSTA, 2002; SANTOS, xx; BECKER, 2010).

Segundo Becker (2010), as cidades médias não possuem um conceito cristalizado, diferentemente das metrópoles cujas características são bem identificadas a ponto de se definir territórios institucionalizados. Nos estudos realizados, os autores procuram agrupar certos parâmetros que identificam as cidades médias. Observa-se, em diferentes trabalhos realizados, que cada autor adota o melhor conceito a ser usado na sua pesquisa levando em consideração os objetivos da mesma (AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V, 2001). No Brasil, na década de 70, estudo realizado por Andrade e Lodder (1979 *apud* PEREIRA, 2005, p. 7) definiu os centros urbanos de porte médio com população de 50 mil a 250 mil habitantes. Enquanto que, na mesma década, em outros países, nos quais o foco era a desconcentração espacial das atividades econômicas, apontavam-se como limite demográfico populações entre 20 mil a 50 mil habitantes.

Nesse sentido, estudos realizados mais recentemente (ANDRADE; SERRA, 2001; SANTOS, 1993; SANTOS; SILVEIRA, 2001 *apud* PEREIRA, 2005, p. 7) confirmam as suposições da década de 1970, apenas ampliando esse limite demográfico para 100 mil e 500 mil habitantes, considerando o crescimento populacional demográfico apresentado no Censo Demográfico de 1991, estando incluídas as cidades integrantes de regiões metropolitanas e capitais estaduais. Segundo Sposito (2001) as cidades médias desta década começaram a ser encaradas como elementos estratégicos no estabelecimento de redes urbanas equilibradas e motores do processo de desenvolvimento regional.

Santos (2008) adotou para seu estudo o limite inferior para as cidades médias em 100 mil habitantes, já que o grau de complexidade e os diferentes bens e serviços os quais devem ser ofertados por estas cidades só seria possível se tivessem esse patamar mínimo de aglomeração urbana. No entanto, o autor explica que este limiar não é estático, mas sim dinâmico, pois uma cidade de 20 mil habitantes que era considerada como média no início do século XX, ao final do mesmo século já não o será.

Vale considerar que esse conjunto de análises são bastante insatisfatórias em termos da capacidade interpretativa na atualidade, seja porque frente as novas tecnologias, pode-se estabelecer sistemas urbanos mais descentralizados, seja pela rápidas alterações nos padrões demográficos das diversas sociedades. De qualquer forma, ainda na década de 1970 no Brasil, o Governo Federal com o intuito de diminuir a concentração populacional nas metrópoles e ao mesmo tempo fortalecer as cidades médias, lançou o Programa Nacional de Apoio as Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM), como parte integrante do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1974 - 1979). O objetivo principal do Programa era o fortalecimento de algumas cidades médias, para aliviar o crescimento das metrópoles. As cidades escolhidas pelo Programa deveriam atrair pessoas e serviços, para dar força à economia de suas regiões. Apesar das críticas feitas sobre o sucesso do Plano, ainda sim é visível o fortalecimento das cidades médias no país após a implementação do mesmo (BECKER, 2010).

Apesar de o critério demográfico estar sempre presente nos estudos realizados, porem se faz necessária uma conceituação mais ampla de cidade média, considerando não apenas a dimensão demográfica, mas também aspectos como a integração na rede urbana, funções que desempenha relações de integração e dinâmica interna, entre outros aspectos. Neste sentido na seção seguinte discute-se a limitação da variável demográfica para realização dos estudos acerca das cidades médias, mesmo que as discussões deste tema ainda sejam carentes de uma melhor compreensão teórica.

Costa (2002) observou que um dos fatores que explica a dificuldade de encontrar um valor quantitativo preciso que determine uma cidade média é o fato de o tamanho da população proposta variar com a escala de análise. Nos diversos estudos realizados são visíveis que os valores apresentados são bastante heterogêneos e enquadram-se num intervalo bastante dilatado, isto se deve as peculiaridades e específicas situações das redes urbanas de cada país. Assim, diferentes intervalos de dimensão populacional são adotados seja por diferentes organizações internacionais, seja por distintas instituições científicas. A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, considera como limiar mínimo os 100 000 habitantes, porém em estudo realizado e que foi apresentado na Conferência “Habitat II”, realizada em Istambul em 1996, foram consideradas cidades médias as que possuíam entre 100 mil e 3 milhões de habitantes (UIA, 1998).

As diversas análises adotam o parâmetro demográfico para definição das cidades médias pela facilidade operacional, mas não é o bastante para se discutir o tema, uma vez que

deve ser levado em consideração o aspecto funcional das cidades como uma unidade de atração dos pequenos centros urbanos, intermediação entre seu entorno e os grandes centros, recebendo e emanando fluxos materiais e imateriais, bem como, fornecendo serviços e produtos que as pequenas cidades não dispõem, ou seja, o papel que elas devem exercer na rede urbana (BECKER, 2010).

Para Costa (2002), o parâmetro demográfico e funcional torna-se insuficiente para definição de cidade média, quando observamos a posição da cidade no sistema urbano nacional e regional. Isto porque, segundo a autora as políticas implementadas na França e em outros países apontaram que na maioria das vezes não existia correspondência entre a dimensão da cidade e as funções por estas desempenhadas, uma vez que a importância e o papel exercido por estas cidades dependiam de outros fatores, “o contexto regional em que as cidades se inseriam, o tipo de povoamento e o nível de desenvolvimento econômico de cada país (LAJUGIE *et al.*, 1979)”.

A mesma autora observa o insucesso da operacionalidade do critério demográfico e funcional, ela ressalta que uma cidade média localizada numa região despovoada não vai exercer o mesmo papel que outra localizada numa região totalmente povoada. Logo, uma cidade com aproximadamente 20 000 habitantes localizada numa região despovoada, pelas funções que desempenha, poderá ser considerada uma cidade média e, outra cidade com população bem mais superior, se estiver localizada numa região fortemente urbanizada, pode desempenhar menos funções que as cidades de dimensão inferior inseridas em contextos regionais, demográficos e econômicos desfavorecidos. Por exemplo, o caso da Região Metropolitana de Belém, onde o poder gravitacional de Belém torna cidades como Ananindeua e Marituba somente partes do eixo urbano, sendo que as mesmas perdem importância no contexto espacial em que estão localizadas.

Essas afirmações são confirmadas por estudos recentes acerca das especificidades das cidades médias, especialmente na Amazônia. Segundo Pontes (2001 *apud* PEREIRA, 2005, p. 8), para o caso da Amazônia o número de habitantes e as funções desempenhadas por uma cidade média não têm o mesmo valor absoluto de grandes contingentes populacionais, como as cidades do Centro-Sul do País, mas mesmo assim, existe cidade desempenhando papel de cidades de porte médio, para uma zona de influência bastante extensa. Logo, não existe uma definição de aglomeração quantitativa populacional precisa para a cidade média, mas podemos levar em consideração uma cidade que tenha um peso demográfico notável no total

da população da região e, que a mesma desempenhe funções de nível hierárquico superior ao seu nível populacional.

São vários fatores que dificultam a definição de cidades médias com base em critérios demográficos e funcionais, os quais importa refletir. Por um lado, depende do grau de urbanização e do sistema de povoamento, por outro lado, depende da própria definição do conceito de urbano. Fatores como as diferenças na organização político-administrativa e o nível de desenvolvimento econômico e social de cada país ou região devem ser levados em consideração, permitindo um melhor entendimento a necessidade de compreender as diferenças e os contextos regionais em que se inserem essas cidades (COSTA, 2002).

Segundo Sposito (2004) para considerarmos determinada cidade como média é necessário que esta possua além da dimensão populacional urbana correspondente a este porte, desempenhem papéis intermediários entre as cidades pequenas e as metrópoles. A população das cidades pequenas, polarizadas por uma cidade média, realizam parte do consumo de bens e serviços, necessários a produção e a vida, nestas cidades. Através destas cidades é possível observarmos que elas também apresentam as melhores condições para, dado os ajustes do sistema fordista para o sistema flexível de produção, abrigarem novas unidades de produção, cumprindo assim não somente o papel de atendimento ao mercado regional, mas desempenhando importantes funções como elos de um sistema produtivo global.

Consideramos que o termo cidade média é uma construção econômica, demográfica e geopolítica. A cidade média, desde um certo porte demográfico, que para nós situa-se entre cem mil e quinhentos mil habitantes, detém condição necessária para estruturação de mercados e atração industrial, de comércio e serviços; por outro, exerce certas funções de intermediação, cumprindo papel de ofertante de infraestrutura em diversas áreas para o seu entorno, isso possibilita o exercício de relações de poder ou polarização em termos territoriais.

2. A URBANIZAÇÃO E O DINAMISMO DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS

A intensidade e a forma do processo de urbanização e redistribuição da população brasileira se intensificaram ao longo do século XX. A dinâmica das cidades e o processo de urbanização modificaram-se ao longo do tempo, acompanhando as transformações da sociedade em seu conjunto. É somente a partir dos anos 30 que se supera no Brasil a etapa de

desenvolvimento primário-exportador, o surgimento das cidades e a estrutura territorial estiveram voltadas para os interesses de comercialização ligados aos ciclos produtivos de monoculturas de açúcar, algodão e café (BAENINGER, 1998).

A escassa relação entre as cidades brasileiras é relativamente quebrada a partir da segunda metade do século XX, quando o Estado de São Paulo torna-se polo dinâmico da vasta área que abrange os estados mais ao sul e inclui grande parte do Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, através da implantação das estradas de ferro, da melhoria dos portos, da criação de meios de comunicação que vem para melhorar a fluidez nesta parte do território. Analisando da ótica do sistema social são instaladas, sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio, consumo, que vão efetivar a fluidez dessa parte do território nacional (SANTOS, 2008, p. 29).

Para Santos (2008) o processo de industrialização que vai se desenvolver no Brasil, terá como base essa nova dinâmica, tomando essa região como precursora, principalmente o seu pólo mais dinâmico, o estado de São Paulo. Estes são os indícios de um início de polarização que iria se estender ao longo do tempo, mesmo que em cada período ela se apresente de forma diferente. Ele observa que o processo de industrialização que se desenvolve a partir dos anos de 1940-1950, não deve ser tomado no seu sentido estrito, isto é, considerado apenas como criação de atividades industriais localizadas, mas adotado em sua mais ampla definição, como processo social complexo, incluindo a formação de um mercado nacional e também os esforços de dotar de logística e infraestrutura produtiva o território nacional.

A dinâmica da urbanização brasileira nos anos 50 é resultado das altas taxas de crescimento vegetativo da própria população urbana e do grande fluxo migratório populacional do tipo rural-urbano, conforme Martine et al (1990 *apud* MATOS). Neste contexto, a modernização industrial, alguns dos resultados do Plano de Metas (1956-1960) - a expansão rodoviária e a construção de Brasília - e o início da modernização agrícola, junto à ocupação de novas fronteiras de recursos acompanharam essa dinâmica de urbanização.

Contudo, será somente a partir da década de 1970 que o Brasil deixou de ser efetivamente rural, onde naquela década a população urbana representava 55,9%. Após 40 anos, em 2010, no Brasil, são 160.997.894 pessoas vivendo nas cidades, o que nos remete a um percentual de urbanização de 84,4 %. De 1980 até 2010, as cidades expandiram seu contingente populacional em 71.753.093 habitantes. Nesse sentido autores, como Abramovay

(*apud* Andrade e Serra 2001), consideraram que durante as últimas décadas houve um processo de “desruralização” da população brasileira.

Tabela 2 - População rural e urbana no Brasil e nas Grandes Regiões (1970-2010).

Brasil e Grande Região	1970		1980		1991		2000		2010	
	Urbana %	Rural %								
Brasil	55,98	44,02	67,7	32,3	75,47	24,53	81,23	18,77	84,36	15,64
Norte	42,6	57,4	50,23	49,77	57,83	42,17	69,83	30,17	73,53	26,47
Nordeste	41,78	58,22	50,71	49,29	60,64	39,36	69,04	30,96	73,13	26,87
Sudeste	72,76	27,24	82,83	17,17	88,01	11,99	90,52	9,48	92,95	7,05
Sul	44,56	55,44	62,71	37,29	74,12	25,88	80,94	19,06	84,93	15,07
Centro-Oeste	50,94	49,06	70,68	29,32	81,26	18,74	86,73	13,27	88,8	11,2

Fonte: IBGE, Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Na década de 1970 apenas as Regiões do Sudeste e Centro-Oeste eram consideradas urbanizadas (Tabela 2), dos 52.084.984 habitantes vivendo em áreas urbanas no Brasil, somente a Região Sudeste correspondia 72,76% desse total. Na década seguinte, 1980, todas as demais regiões brasileiras já eram consideradas urbanas. No período analisado, 1970-2010, as Regiões Nordeste e Norte sempre estiveram abaixo da média da população urbana brasileira. Analisando mais detalhadamente, a Região Centro-Oeste, na década de 1980, ultrapassa a média nacional da população urbana do País, já a Região Sul muito timidamente supera a média urbana nacional, em 2010.

O processo de urbanização no Brasil se deu de forma mais acelerada se comparado com os países capitalistas mais avançados, “na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, multiplicando-se 7,3 vezes, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1%. Ou seja, a cada ano, em média, mais de 2,3 milhões de habitantes foram acrescidos à população urbana” (BRITO, 2006, p. 223). A sociedade brasileira passava por profundas transformações, as cidades que mais receberam migrantes nesta nova dinâmica foram as metrópoles, ocasionando um inchaço nestas cidades. Segundo Trindade (1997) os principais fatores responsáveis para o inchaço das metrópoles era a falta de uma efetiva reforma agrária e de desenvolvimento das regiões interioranas. Essas migrações internas que estavam ocorrendo no Brasil se constituíam no elo maior entre as mudanças estruturais pelas quais a sociedade e a economia passava e a aceleração do processo de urbanização (BRITO, 2006).

Esse processo de urbanização gerou uma significativa rede urbana, diferentemente de outros países latino-americanos que se caracterizam por uma menor densidade de malhas citadinas (Faria, 1983; Villa, Rodríguez, 1994 *apud* BAENINGER, 1998). Conforme a Tabela 3, entre 1950 e 1970 passou-se de 1.826 cidades, no início do período, para 3.850, ao seu final. No entanto, do total de cidades em 1970, a grande maioria era constituída pelas cidades pequenas (com menos de 20 mil habitantes) que respondiam por 92,83% do total das cidades brasileiras, concentrando apenas 26,20% da população. Em contraposição, nas 10 cidades brasileiras acima de 500 mil habitantes residiam 43,47% da população nacional. Em conjunto, as cidades médias e grandes (99 localidades) aloavam, em 1970, aproximadamente 63% da população residente em cidades do País.

Tabela 3 - População e números de centros urbanos no Brasil, segundo classes de tamanho urbano 1950-2010.

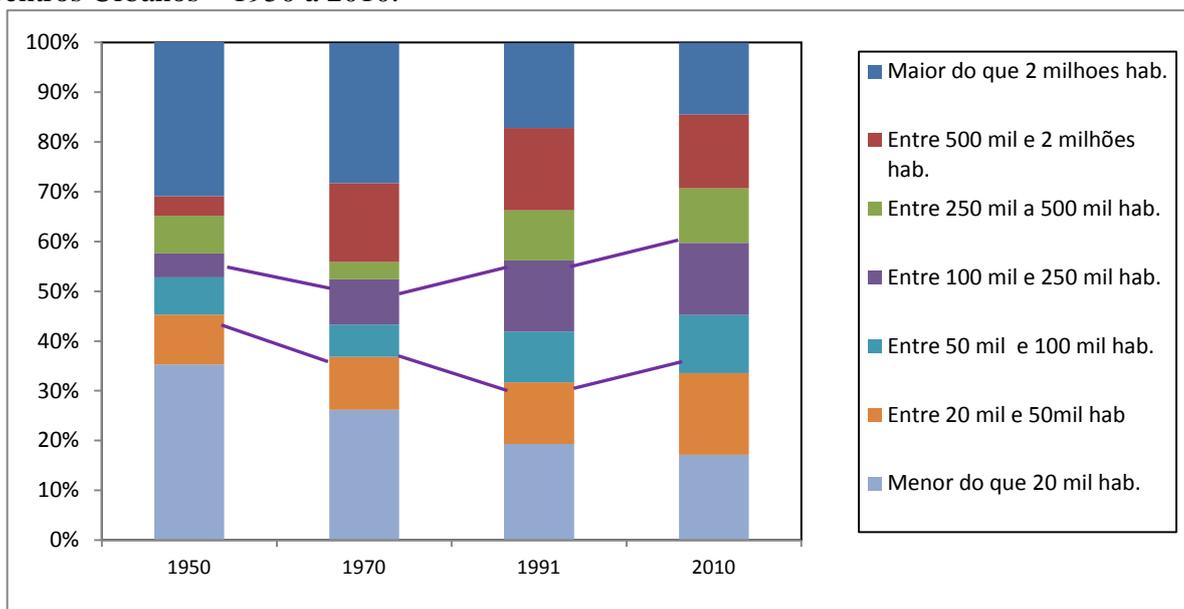
Classes de Tamanho dos Centros Urbanos (1.000 hab.)	1950			1970			1991			2010			Taxas anuais de crescimento Populacional		
	População (1.000 hab.)	Nº de Centros Urbanos	% na população Total	População (1.000 hab.)	Nº de Centros Urbanos	% na População Total	População (1.000 hab.)	Nº de Centros Urbanos	% na população Total	População (1.000 hab.)	Nº de Centros Urbanos	% na população Total	1950/1970	1970/1991	1991/2010
< 20	5.747	1.745	35,30	13.849	3.574	26,20	21.471	3.736	19,30	32.679	3.915	17,13	4,50	2,10	2,24
Entre 20 e 50	1.623	55	10,00	5.632	177	10,60	13.807	438	12,40	31.379	1.043	16,45	6,40	4,40	4,42
Entre 50 e 100	1.215	16	7,50	3.430	49	6,50	11.357	160	10,20	22.264	324	11,67	5,30	5,90	3,61
Entre 100 e 250	787	4	4,80	4.832	34	9,10	15.896	100	14,30	27.606	184	14,47	9,50	5,80	2,95
Entre 250 a 500	1.237	3	7,60	1.865	6	3,50	11.218	33	10,10	20.962	61	10,99	2,10	8,90	3,35
Entre 500 e 2.000	630	1	3,90	8.363	8	15,80	18.262	20	16,50	28.209	32	14,79	13,80	3,80	2,31
>2.000	5.038	2	31,00	14.935	2	28,20	18.980	4	17,10	27.637	6	14,49	5,60	1,10	2,00
Total Brasil	16.277	1.826	100%	52.906	3.850	100%	110.991	4.491	100%	190.736	5.565	100%	6,10	3,60	2,89

Fonte: IBGE, Censos Demográficos: 1950, 1970, 1991 e 2010. Elaboração própria.

No período 1950/70 as cidades com mais de 500 mil habitantes foram as que mais contribuíram para o crescimento urbano brasileiro, alcançando os 44% desta população em 1970, contra aproximadamente 35% em 1950. Nesse período, o Brasil passa por várias transformações tais como a consolidação do parque industrial brasileiro, o padrão locacional vigente, sobretudo das indústrias de bens de capital e de duráveis (ANDRADE&SERRA, 1998, p. 2). No período posterior 1970/91 a população ainda se encontra bastante concentrada nos grandes centros urbanos, mas é evidente que a população urbana brasileira passa por um também notável processo de reversão de sua polarização, no qual as cidades médias (cidades entre 100 e 250 mil habitantes) cumprem um papel decisivo. O número destas cidades chega em 100, representando 14,30% da população nacional, em 1991 (Tabela 2). O período de 1991/2010, marca uma nova inflexão na estrutura de crescimento e disposição espacial da população brasileira, por mais que ainda permaneça bastante concentrada nas grandes cidades,

observa-se nesse período um aumento no número de núcleos urbanos em todos os intervalos de tamanho, isto porque entre 1991/2010 foram criados vários municípios. Analisando o período mais detalhadamente veremos que o número de centros urbanos com tamanho entre 20 e 50 mil; e 50 e 100 mil habitantes dobraram. Destaque para os centros urbanos entre 20 e 50 mil habitantes que obtiveram uma taxa de crescimento populacional (4,42) bem superior que a do Brasil (2,89).

Gráfico 1 - Participação no Total da População Urbana, segundo as Classes de Tamanho dos Centros Urbanos – 1950 a 2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos: 1950, 1970, 1991 e 2010.

No período das quatro décadas estudadas, o crescimento demográfico do país é bastante significativo nas cidades de porte intermediário. O Gráfico 2 ilustra a perda de participação dos grandes centros urbanos na população urbana. As cidades intermediárias (entre 50 mil e 500mil habitantes), que na década de 1970 possuía 19,10% da população urbana brasileira, já em 1991 esse montante é de aproximadamente 1/3 da população nacional, alcançando no ano de 2010, 37,13% do total da população do País.

Tabela 4 - Crescimento Absoluto e Participação das Cidades Brasileiras no Crescimento Populacional Urbano Nacional, segundo Classes de Tamanho das Cidades – 1950/91.

Classes de Tamanho dos Centros Urbanos (1.000 hab.)	1950/70		1970/91		1991/2010	
	Crescimento Absoluto (1.000 hab.)	Participação no Crescimento nacional (%)	Crescimento Absoluto (1.000 hab.)	Participação no Crescimento Nacional (%)	Crescimento Absoluto (1.000 hab.)	Participação no Crescimento Nacional (%)
< 20	8.102	22,12	7.622	13,12	11.208	14,05
Entre 20 e 50	4.009	10,94	8.175	14,07	17.572	22,04
Entre 50 e 100	2.215	6,05	7.927	13,65	10.907	13,68

Entre 100 e 250	4.045	11,04	11.064	19,05	11.710	14,68
Entre 250 a 500	628	1,71	9.353	16,10	9.744	12,22
Entre 500 a 2.000	7.733	21,11	9.899	17,04	9.947	12,47
>2.000	9.897	27,02	4.045	6,96	8.657	10,86
TOTAL - BRASIL	36.629	100,00	58.085	100,00	79.745	100,00

Fonte: IBGE, Censos Demográficos: 1950, 1970, 1991 e 2010.

Na Tabela 4 acima, é possível visualizar que no período de 1950/70 as cidades acima de 500 mil habitantes contribuíam com 48% aproximadamente do crescimento urbano nacional, já as cidades intermediárias (agrupando as cidades com população entre 50 mil e 500 mil hab.) contribuíam no mesmo período com 19% do crescimento urbano brasileiro. No período subsequente 1970/91, a participação das cidades intermediárias, usando o mesmo critério de agrupamento anterior, aumentou para 49% no crescimento urbano brasileiro, mais do que dobrando sua participação. Enquanto que, as cidades acima de 500 mil habitantes tiveram neste mesmo período sua participação diminuída para 24%, ou seja, caiu pela metade a participação urbana destas cidades. No último período (1991/2010), se observa o maior crescimento das pequenas cidades, entre 20 e 50 mil habitantes, parcialmente revertendo o processo de “superurbanização” característico das décadas anteriores.

Neste contexto, o estudo realizado por Redwood (1985 *apud* MATOS) analisando a rede de cidades, usando dados referentes à década de 70, apontou a desconcentração das principais áreas metropolitanas em direção de áreas urbanas imediatamente próximas e cidades médias. Dessa forma, as cidades entre 100 a 500 mil habitantes lideravam o processo de urbanização, enquanto que o crescimento das áreas metropolitanas declinava. Segundo Brito (2006) já por volta dos anos de 1970, os dados já apontavam uma relativa desconcentração da população nas metrópoles, apesar de ainda terem sua importância demográfica. Um dos fatores que contribuíam para essa relativa perda em favor das cidades médias não-metropolitanas foi a queda do nível de fecundidade, maior nas grandes cidades, e, principalmente, a redução das migrações. Para Brito e Horta (2002 *apud* BRITO, 2006), em 2000, a proporção da população urbana residindo nas cidades médias não-metropolitanas, era de 17,3%, considerada rapidamente superior à população que habitava a periferia dos aglomerados, ou seja, além dos limites das capitais ou dos seus núcleos.

Vale reforçar que a dinâmica econômica e demográfica recente reforçam o perfil médio das cidades brasileiras sendo que apesar das metrópoles continuarem crescendo, proporcionalmente mais que o país, observou-se uma forte diminuição no ritmo de crescimento e “as cidades de porte médio, com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, crescem a taxas maiores do que as metrópoles nos anos 80 e 90 (4,8% contra 1,3%)”

(MARICATO, 2000, p.24). Diversos estudos demonstram a crescente importância das cidades médias enquanto polos de influências do seu entorno e centros de atração de migrantes. As cidades médias da Amazônia, por exemplo, funcionavam como cidades de passagem para a população rural migrante até seu deslocamento definitivo dentro da região ou para algum centro nacional de grande porte. Penal (2001), por exemplo, aponta em relação as cidades médias do Rio de Janeiro, a hipótese de que várias dessas cidades possam vir a se instituir em importantes polos regionais intraestaduais, considerando uma distribuição de benefícios do crescimento econômico de modo mais progressivo e sustentável. Dessa forma, quanto maior o número de cidades médias na rede urbana, maior a possibilidade de investimento disseminado, dada às vantagens locacionais para atividades industriais e, portanto, maior a oferta de empregos.

4. AS CIDADES MÉDIAS NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A intensidade do processo de urbanização na Amazônia é superior à média brasileira nas últimas décadas. A região não só apresentou um crescimento superior, mas como também o total equivaleu ao dobro do crescimento do país como um todo, inserindo profundas mudanças na estrutura de povoamento (BECKER, 2005). Conforme a Tabela 5, na década de 1970 a população urbana da Amazônia Legal correspondia 37%, na década seguinte, em 1980, esse percentual já era de 46%, passando para 56% em 1991, alcançando em 2000, 69% e atingindo em 2010, 73%. Segundo Becker (2005) apesar do crescimento mais intenso em relação as demais regiões, a proporção de população urbana em relação a rural na Amazônia é menor que nas demais regiões do país, isso porquê no Estado do Maranhão a permanência da população rural ainda é muito forte, reduzindo a proporção para o conjunto da região.

Considerando os dados da tabela acima, verifica-se que nas cinco décadas analisadas a população urbana do Brasil triplicou, enquanto que a população urbana da Região Norte e da Amazônia Legal aumentaram aproximadamente em 7 e 6 vezes, respectivamente. Confirmando o que Becker (2005) já havia afirmado em relação à disparidade do crescimento da população urbana da Amazônia com as demais regiões e do próprio Brasil.

Tabela 6 - Taxas de crescimento da população no Brasil, Norte e Amazônia Legal 1970-2010

Períodos	Taxa Médias Anuais de Crescimento da População (%)								
	Brasil			Região Norte			Amazônia Legal		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1970/80	2,7	4,4	-0,6	5,0	6,4	3,7	4,5	6,7	3,0
1980/91	1,9	3,0	-0,7	5,0	6,3	3,4	3,6	5,5	1,7
1991/00	1,6	2,4	-1,3	2,8	4,8	-0,6	2,5	4,9	-1,4
2000/10	1,2	1,6	-0,6	2,1	2,6	0,8	1,9	2,5	0,7

Fonte: IBGE/SIDRA entre 1970-2010

Na Amazônia brasileira, em 1950, apenas as cidades, Belém e Manaus, se destacavam em termos de tamanho populacional, ambas superavam, então, o limiar de 100.000 habitantes. Geiger (1963, p. 408 *apud* SATHLER; MONTE-MÓR; CARVALHO, 2009) destaca o enorme contraste na Amazônia, o autor aponta que nesta década, abaixo dessas duas cidades a maior cidade era Santarém, com 14.000 habitantes, seguida de apenas mais algumas localidades de população superior a 5.000 habitantes. Na década de 1950, a maioria das cidades da região amazônica possuía população inferiores a 5.000 habitantes, geralmente localizadas às margens de algum rio, que aquela altura ainda cumpriam a função de principal meio de locomoção de pessoas e mercadorias na região. Ainda de acordo com Geiger (1963, p. 408 *apud* SATHLER, MONTE-MÓR, CARVALHO, 2009) as cidades que na década de 1950, apresentavam população superior a 5.000 habitantes, algumas se destacavam por serem capitais administrativas de territórios federais. É o caso da cidade de Porto Velho, a quarta cidade da Amazônia, com 10.000 habitantes, Macapá, com 9.750 e Rio Branco, com 9.400 habitantes. As cidades que na mesma década superavam os 5.000 habitantes, mas sem alcançar os 6.000 habitantes eram Bragança, Abaetetuba, Soure, Itacoatiara e Parintins.

Souza (2000 *apud* Sathler; Monte-Mór; Carvalho, 2009) observa dois momentos históricos no processo de urbanização na Amazônia. O primeiro é anterior aos anos de 1960, no qual se desenvolve predominantemente nas margens dos rios, já no segundo momento, o processo tem como base a exploração mineral e os grandes projetos que estimularam o crescimento urbano com auxílio das rodovias, após os anos 1960. Neste sentido, segundo Trindade (2011), a rede urbana amazônica que antecede os anos 1960, predominam-se as atividades econômicas tradicionais, a circulação era basicamente realizada através das ferrovias e dos rios, as características dos núcleos urbanos eram de Cidades notáveis (pequenas e semelhantes) e de cidade primaz, havia uma concentração econômica muito forte e, as cidades intermediárias tinham pouco destaque.

A partir dos anos de 1960 ocorre a intensificação no processo de ocupação humana na Amazônia, através da expansão da fronteira agrícola, em parte originada da decomposição dos seringais, mas a grande maioria era formada por migrantes oriundos de outras regiões do país (COSTA, 2002 *apud* REBELLO *et e al.*, 2009). É nesse contexto que a urbanização amazônica segundo Machado (2000 *apud* TRINDADE, 2011) guarda, em grande parte, profunda relação com a lógica intencional do Estado. O desenvolvimento da *fronteira urbana*, que pode ser entendida como sendo a base logística para o projeto de rápida ocupação da região, muitas vezes se antecipando à expansão de várias frentes - implantação de projetos de produção agrícola, pecuarista, energética, mineral e/ou industrial -, foi estimulado pelo incentivo a grandes empreendimentos e pela política de migração induzida e financiada pelo Estado. A região amazônica nesse momento passa a ser vista como uma fronteira econômica, um espaço de valor, atraindo empresas e investidores capitalistas a fim de implantar novas estruturas produtivas e de circulação, servindo, ainda, como reserva mundial de matérias-primas. Novos núcleos foram criados para apoiar os projetos de mineração, agropecuária e colonização.

A ocupação da Amazônia brasileira se deu através de surtos devassadores originados pela valorização de determinados produtos no mercado externo. Por volta da década de 1960, é o Governo brasileiro que comanda o novo ciclo de povoamento regional no contexto de um projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e do território brasileiro. Desde então, a ocupação regional passou a ser um processo contínuo (BECKER, 1990; 2005). A política de integração, adotada pelo governo militar, visava à ocupação do vazio demográfico e o desenvolvimento econômico através de investimentos em infraestrutura, programas de colonização pública, alocação de incentivos fiscais e linhas de créditos para atrair empresas para região (BECKER, 2001; LIMA & BARCELLOS, 2002; MELLO, 2006 *apud* CORTÊS; D`ANTONA, 2010).

No I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) o governo seguiu a estratégia de integração do território nacional, através da criação do mercado interno por meio da implantação de polos regionais complementares ao eixo Rio-São Paulo, o desenvolvimento do Nordeste e a ocupação da Amazônia, mas sem prejudicar o crescimento do Centro-Sul. No II PND o governo continuou com a política de integração nacional, à medida que direcionou grandes recursos para o Nordeste e para a Amazônia. O II PND aprofundou a dinâmica de integração da Amazônia ao eixo produtivo nacional, inclusive gerando alterações importantes na rede de cidades regionais como se verá na última seção. O III PND continuou com a

política de integração e ocupação do território regional, mas a sua principal preocupação estava voltada para o aumento das exportações com o objetivo de financiar o balanço de pagamentos, pressionado pelo pagamento da dívida internacional brasileira, que foi significativamente agravada pelo segundo choque de petróleo.

Para Serra & Fenández (2004) as políticas públicas adotadas pelo Governo para região amazônica, especificamente em relação à esfera econômica, não conseguiram promover uma ocupação espacial eficiente e organizada. Mas em contrapartida os investimentos feitos em infraestrutura contribuíram para a redução do isolamento entre as distantes regiões do país, colaborando para novas alternativas de investimentos. Para Becker (1990 *apud* CORTÊS; D`ANTONA, 2010) as ações da política de integração combinavam a estratégia de criação de “redes de integração espacial” - rodoviária, telecomunicações por satélite e telefonia, rede urbana, rede hidroelétrica como insumo à nova fase industrial – à “superposição de territórios federais sobre estaduais” e indução de fluxos migratórios, para povoamento e mão-de-obra.

O perfil das cidades da região amazônica guarda características fundamentais dessas políticas de desenvolvimento regional que resultaram na expansão populacional dessas cidades, carentes de bens, trabalho e serviços públicos adequados para atender sua população. O estudo realizado por Sathler; Monte-Mór; Carvalho (2009, p. 9) demonstra que a forma como se dá o crescimento urbano na Amazônia Legal esteve centralmente determinado pelo modelo econômico primário-exportador que define a dinâmica econômica da região.

Tabela 7 - Evolução da população e densidade demográfica do Brasil, região Norte e dos estados do Amazonas e Pará, a partir da década de 1900 a 2010.

Anos	Brasil		Norte		Amazonas		Pará	
	População	Dens.	População	Dens.	População	Dens.	População	Dens.
1900	17.438.434	2,05	695.112	0,18	249.756	0,16	445.356	0,36
1920	30.635.605	3,60	1.439.052	0,37	363.166	0,23	953.507	0,79
1940	41.236.315	4,84	1.627.608	0,42	438.008	0,28	944.644	0,76
1950	51.944.397	6,10	2.048.696	0,53	514.099	0,33	1.123.273	0,90
1960	70.992.343	8,34	2.930.005	0,76	721.215	0,46	1.550.935	1,24
1970	93.134.846	11,10	3.603.679	1,09	955.203	0,61	2.266.998	1,76
1980	119.011.052	14,23	5.880.706	1,76	1.430.528	0,92	3.403.498	2,81
1991	146.825.475	17,26	10.030.556	2,66	2.103.243	1,34	4.950.060	4,15

2000	169.799.170	19,92	12.900.704	3,35	2.812.557	1,79	6.192.307	4,96
2010	186.989.271	22,43	15.864.454	4,43	3.483.985	2,23	7.581.051	6,07

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1900-2010.

A Tabela 7 apresenta os dados dos Censos Demográficos realizados no Brasil. Observa-se que em um período de 110 anos, 1900 a 2010, a população brasileira foi multiplicada por 10,72 vezes, passando de 17.438.434 para 186.989.271 habitantes. No mesmo período, a região Norte teve sua população multiplicada 22,82 vezes e os estados do Amazonas e Pará, respectivamente, por 13,95 e 17,02 vezes.

São diversas as origens e o crescimento das cidades da região amazônica. Algumas surgiram de agrovilas ou assentamento espontâneo, outras cidades foram planejadas pelo poder com base no Programa de Integração Nacional - PIN ou por empresas de colonização ou mineração principalmente em Mato Grosso, Rondônia e Pará, ou cidades formadas em torno de atividades econômicas e de grandes projetos de mineração, de energia hidrelétrica e de ferrovias, outras nasceram espontaneamente às margens de rodovias, e ferrovias com a chegada de trabalhadores que acampavam nas proximidades, que ao terminarem o serviço já existiam inúmeras famílias vivendo no local.

O aumento do número de cidades e as mais elevadas taxas de crescimento da população urbana na Amazônia paraense têm ocorrido na fronteira de colonização e expansão da pecuária do Sudeste (Marabá, Parauapebas e Redenção); na fronteira do cultivo da soja e da criação da pecuária no Baixo Amazonas (Santarém) e nas cidades vizinhas a Região Metropolitana de Belém – RMB tais como Castanhal (entreposto comercial) e Barcarena (cidade industrial e portuária). O processo de urbanização da Amazônia assume formas distintas entre a parte Norte e Sul da região. No Estado do Amazonas a população urbana está concentrada na cidade de Manaus, como uma consequência do Distrito Industrial, já no Estado do Pará a concentração da população urbana está dividida entre a RMB e cidades de médio porte.

Considerando os dados da Tabela (8) observa-se que a população urbana da Amazônia Legal, entre 1950 e 2010, cresceu mais do que a população total, enquanto a última cresceu em 7 vezes, a primeira aumentou em 19 vezes no mesmo período. As cidades que mais contribuíram para esta realidade foram as cidades dos grupos menor que 20 mil e maior que 250 mil (Gráfico 3), estes dois grupos de cidades em 1970 corresponde a 62% de participação do total da população urbana da região. As cidades que mais contribuíram para o aumento da

população urbanas na região foram as cidades ribeirinhas, que são importantes pela formação de trocas econômicas; são identificadas por uma economia de base agro-extrativa; são cidades, por excelência, comerciais, já que se desenvolveram a partir do fortalecimento da atividade comercial, funcionando como espaços de contatos e trocas. E principalmente as cidades que sofreram impactos pela construção de rodovias, estradas, ferrovias e implantação de grandes projetos, o que ocasionou um fluxo intenso de imigrantes para estas cidades. É o caso das cidades de Marabá e Parauapebas, no Sudeste do Pará, Santarém, no médio Amazonas; Castanhal, no nordeste paraense; Ji-Paraná, no Estado de Rondônia.

Os municípios foram multiplicados, de tal forma que, em 2010, a região amazônica já possuía 771 cidades, número bem superior do que se tinha na década de 1950 que era de 182. Até a década de 1970 observa-se certa estabilidade nas classes de tamanho dos municípios (Gráfico 4). Nesta década, predominam-se os municípios com menos de 20 mil habitantes, no total a maioria é menor que 50 mil habitantes, apenas as cidades de Cuiabá (MT) e Santarém (PA) estão no grupo entre 100 e 250 mil habitantes, já São Luís (MA) e Manaus (AM) estão no grupo entre 250 e 500 mil habitantes, somente a cidade de Belém (PA) está situada entre 500.000 e 2.000.000 de habitantes, mas ainda com população inferior a 1 milhão, concentrando os 633.374 habitantes.

Na Tabela 8 as cidades situadas no grupo de cidades médias, em 1970 correspondiam a 15 cidades, já na década seguinte ascendia para 31 cidades, crescendo mais de 100% no período, alcançando em 2010, 58 cidades. Em relação aos pequenos e médios núcleos a desconcentração é constituída pela multiplicação destes, em 1970 em conjunto eles correspondiam 94% (311) e aglomeravam 65% (4.615.898) da população total na região, já na década de 2010 correspondem 88% (682) dos municípios e concentravam 42% (10.291.266) da população total da Amazônia. Os pequenos e médios núcleos segundo Becker (2005), em conjunto, constituem a maioria dos núcleos regionais, que correspondem a um padrão móvel e instável de urbanização, por apresentarem declínios na sua população à medida que se verificam o deslocamento das frentes de trabalho e a expropriação dos pequenos lavradores, ou também por apresentarem um forte crescimento e transformação em núcleo dotado de funções de pequenos centros de serviços e de centros de circulação e reprodução da força de trabalho.

Tabela 8 - População (1000 hab.) e número de municípios da Amazônia Legal, segundo as classes de tamanho 1950-2010

Nº de habitantes (1000 hab.)	1950			1960			1970			1980			1991			2000			2010		
	Pop. Total	Pop. Urbana	Nº de mun.	Pop. Total	Pop. Urbana	Nº de mun.	Pop. Total	Pop. Urbana	Nº de mun.	Pop. Total	Pop. Urbana	Nº de mun.	Pop. Total	Pop. Urbana	Nº de mun.	Pop. Total	Pop. Urbana	Nº de mun.	Pop. Total	Pop. Urbana	Nº de mun.
< 20	1.454	236	132	1.887	385	178	2.516	527	238	2.532	711	219	3.196	1.269	300	4.795.	2.418	527	4.659	2.499	495
Entre 20 a 50	1.098	177	41	1.673	350	57	2.103	501	73	3.068	1.003	100	4.306	1.919	140	4.964	2.706	165	5.632	3.239	187
Entre 50 a 100	348	101	6	773	152	11	1.052	354	15	2.030	800	31	2.960	1.570	43	3.008	1.981	43	3.963	2.646	58
Entre 100 a 250	259	184	2	440	306	3	237	150	2	1.355	812	9	1.484	1.130	11	1.794	1.425	12	2.889	2.302	20
Entre 250 a 500	255	241	1	399	378	1	577	489	2	449	247	1	1.232	1.016	4	2.010	1.826	6	2.466	2.294	7
Entre 500 a 2000				633	603	1	1.567	1.436	2	2.953	2.102	3	3.556	3.507	3	4.761	4.674	4			
Total	3.414	939	182	5.172	1.571	250	7.118	2.624	331	11.001	5.009	362	16.131	9.006	501	20.127	13.863	756	24.370	17.654	771

Fonte: IPEADATA

Apesar da desconcentração das grandes cidades nos últimos anos, na região amazônica as capitais estaduais detêm população expressiva em relação aos menores municípios de seu respectivo Estado. No caso do Estado do Pará, em 2010, Belém é o único município paraense com mais de 500.000 habitantes e abriga 20,7% da população do Estado, possuindo grau de urbanização de 99,14%; Manaus e Parintins são os únicos municípios amazonenses que superaram os 100.000 habitantes, na capital do Estado residem mais da metade da população do Amazonas e possui grau de urbanização de 99,49%; Rio Branco é o único município do Estado do Acre com mais de 100.00 habitantes, concentrando 45,81% da população do Estado e possui grau de urbanização 91,82%; Macapá e Santana são os únicos municípios do Estado do Amapá com mais de 100.000 habitantes, a capital amapaense concentra 59,48% da população daquele Estado. Em relação ao Estado de Rondônia, os municípios de Porto Velho e Ji-Paraná, com mais 100.000 habitantes, abrigando 34,89% da população do Estado. No Tocantins, apenas Palmas e Araguaína têm população com mais de 100.000 habitantes, que abrigam 27,38% da população do Estado.

O processo de urbanização recente na Amazônia é marcado pelo aparecimento de novas cidades e pela mudança do tamanho das existentes. Sendo que a dimensão das mudanças urbanas ocorridas vai além das novas relações econômicas, já que a reestruturação urbana e intra-regional implica também em uma mudança do modo de vida que influencia também o meio rural. As cidades vinculadas às indústrias de mineração, madeireira, siderúrgica e de construção civil têm experimentado novo dinamismo que estão alterando a rede urbana Amazônica seja através de novos núcleos urbanos, planejados ou espontâneos, seja pela condição de antigas cidades alcançaram a categoria de centros urbanos regionais.

5. DINÂMICA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICAS DAS CIDADES MÉDIAS DO HINTERLAND PARAENSE

Esta seção tem por objetivo analisar as cidades médias paraenses, aqui definidas como aquelas que possuem entre 100 mil e 500 mil habitantes vivendo em área urbana e que não seja capital estadual ou parte da Região Metropolitana de Belém (RMB)⁴, conforme já estabelecido anteriormente. Considerando que a definição de cidade média não se vincula apenas à classificação do porte demográfico, mas também às suas funções, e principalmente ao papel que desempenham na rede regional, nacional e internacional, apontado por Becker (2010). Além do porte demográfico adotado serão consideradas características como o tamanho econômico, o grau de urbanização, a centralidade e a qualidade de vida.

Utilizando os dados publicados do último Censo Demográfico pelo IBGE (2010), no Estado do Pará existem seis cidades com população entre 100 mil e 500mil habitantes residindo na área urbana, sendo que duas são integrantes da Região Metropolitana de Belém. É o caso das cidades de Ananindeua e Marituba com 470.819 e 107.123 habitantes, respectivamente. As cidades metropolitanas, apesar de possuírem o porte demográfico considerado serão excluídas da análise por se encontrarem na Região Metropolitana e desempenharem o papel de partes da MetrÓpole (ANDRADE; SANTOS; SERRA, 2001). As duas cidades por fazerem parte da região metropolitana acabam perdendo importância no contexto espacial para a cidade de Belém, tornando-se somente partes do eixo urbano. As demais cidades que se enquadram nesse porte, mas que não fazem parte da Região Metropolitana e, por este motivo farão parte do nosso objeto de estudo são: Castanhal, Marabá, Parauapebas e Santarém.

As cidades médias paraenses apresentaram dinamismo demográfico considerável nas últimas quatro décadas, sendo que parte significativa desse dinamismo deve-se à contribuição dada pelo processo migratório para estas, como se buscará demonstrar. Na última década os municípios que mais cresceram demograficamente foram Parauapebas e Marabá, com taxa média de crescimento anual de 8,0% e 3,3%, respectivamente. Em 2000 o município de Parauapebas contava com 71.568 habitantes, já em 2010 concentrava 153.908 habitantes. No caso de Marabá, em 2000 o município possuía 168.020 habitantes e ascende para 233.669 habitantes em 2010. As cidades de Santarém e Castanhal apresentaram taxa média de

⁴ O município de Ananindeua possui 471.980 habitantes e está a uma distância de 15 km de Belém, já Benevides está localizado a 30 Km da capital paraense e concentra 51.651 habitantes, Marituba concentra 108.246 habitantes e está localizado a 20 km de Belém e Santa Barbara do Pará possui 17.141 habitantes, localizada a 34 km de Belém.

crescimento populacional de 1,1% e 2,5%, respectivamente. Em relação aos municípios das cidades médias, Santarém é o único que cresceu com taxa inferior a média estadual (2,0%), conforme a Tabela 9.

Observa-se que no período entre 2000 e 2010 a população urbana do município de Parauapebas cresceu a uma taxa média de 8,9% ao ano, isto significa dizer que sua população não somente cresceu a uma taxa superior a do Estado (2,3%), mas como também sua população urbana mais do que dobrou, enquanto que a população rural cresceu a uma taxa média de 2,1%. A população rural de Castanhal cresceu a uma taxa superior a da urbana (4,1% contra 2,4%), o mesmo aconteceu com Marabá (3,5% contra 3,3%), já no caso de Santarém aconteceu o contrário, a taxa de crescimento da população urbana foi superior a da rural (1,5% contra 0,3%). Em 1991, Castanhal possuía grau de urbanização de 91%, caindo para 89% em 2010, o mesmo acontecendo com Marabá, no início do período o município possuía grau de urbanização de 83% e ao final passa a ter 80%. Em relação a Parauapebas e Santarém o grau de urbanização é crescente, o primeiro apresenta grau de urbanização de 51% no início do período, ao final ascende para 90%, no caso de Santarém o grau de urbanização passa de 68% para 73% ao final do período considerado, porém o padrão santareno ainda é marcadamente rural, enquanto que Parauapebas rapidamente subordina seu mundo rural ao urbano.

Tabela 9 - Evolução da população, segundo os municípios das microrregiões 1991 - 2010

Municípios	1991					2000					2010					Taxa de Crescimento 2000/2010 em %		
	Rural	%	Urbana	%	Total	Rural	%	Urbana	%	Total	Rural	%	Urbana	%	Total	Rural	Urb.	Total
Castanhal	9.219	9	92.852	91	102.071	13.247	10	121.249	90	134.496	19.771	11	153.378	89	173.149	4,1	2,4	2,5
Marabá	21.233	17	102.435	83	123.668	33.647	20	134.373	80	168.020	47.399	20	186.270	80	233.669	3,5	3,3	3,3
Parauapebas	25.892	49	27.443	51	53.335	12.308	17	59.260	83	71.568	15.218	10	138.690	90	153.908	2,1	8,9	8,0
Santarém	85.044	32	180.018	68	265.062	76.241	29	186.297	71	262.538	78.790	27	215.790	73	294.580	0,3	1,5	1,1
Pará	2.353.672	48	2.596.388	52	49.50.060	2.073.864	33	4.122.101	67	6.195.965	2.387.415	31	5.193.636	69	7.581.051	1,4	2,3	2,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010.

Analisando os dados publicados pelo último Censo Demográfico e do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), observa-se que o incremento demográfico da última década na cidade de Santarém está em função do crescimento vegetativo e não do processo migratório. Segundo o IBGE o incremento demográfico foi 32.042 habitantes. O DATASUS informa que no período entre 2001-2009 nasceram 59.300 pessoas vivas e, no mesmo período morreram 9.374 habitantes.

O dinamismo do crescimento demográfico da cidade de Castanhal na última década, assim como o de Santarém, é dado principalmente em função do crescimento vegetativo. Já

no caso das cidades de Parauapebas e Marabá, o incremento demográfico adquirido na última década está principalmente em função do forte processo migratório. Segundo o IBGE o incremento demográfico da cidade de Marabá foi de 65.649 habitantes e o de Parauapebas foi de 82.340 habitantes. Segundo o DATASUS na cidade de Marabá nasceram 42.154 habitantes e morreram 9.527 e em Parauapebas nasceram 26.922 e morreram 3.754 habitantes no período de 2001-2009. Isto quer dizer que na cidade de Parauapebas mais de 70% do incremento populacional recebido na última década é oriundo de outras localidades. Outra diferença, entre a composição da população nas quatro cidades, é que do total da população de Santarém apenas 20,6% não são naturais. Em Castanhal, os não naturais correspondem a 38,7%. No caso de Marabá esse percentual chega a ser um pouco mais da metade (51%), já em Parauapebas o percentual atinge 73%. Tanto em Castanhal como em Santarém a maioria dos imigrantes é oriunda do Estado do Pará, em relação a Marabá e Parauapebas a maioria dos imigrantes é de outros Estados brasileiros.

Como antes desenvolvido, para considerarmos determinada cidade como média é necessário que esta, além da dimensão populacional urbana correspondente a este porte, desempenhe papéis intermediários entre as cidades pequenas e as metrópoles, sendo centro de referência para o atendimento de demanda de bens e serviços necessários a produção e a vida, não só dela mesma, mas como também das cidades pequenas no seu entorno. Dessa forma, no Quadro 1 foram selecionados alguns serviços e bens, a fim de verificar se as quatro cidades paraenses que já possuem o limiar populacional urbano considerado para serem cidades médias são capazes de ofertar bens e serviços para sua população e das cidades em seu entorno. Com isso, selecionamos as cidades pertencentes às microrregiões correspondentes a cada uma delas, visto que as cidades menores são polarizadas pelas cidades médias, tornando-se assim um elo de atração para população destas localidades.

No Quadro 1 abaixo, aponta-se dez indicadores de serviços disponibilizados nestas cidades que vão desde as atividades de lazer e cultura, assim como os serviços especializados como a formação de profissionais em instituições de nível superior, exames com diagnósticos complexos na área da saúde e de transportes. Observa-se que as cidades médias paraenses apresentam capacidades pouco diferenciadas em ofertas de bens e serviços. A cidade de Santarém, por exemplo, apresentou bom desempenho nos dez itens selecionados, seguida de Marabá e Castanhal que apresentaram bom desempenho em nove itens, cada uma. Enquanto que a cidade de Parauapebas foi a que apresentou pior desempenho, mas deixando lacuna

apenas em dois itens. Nos itens que as três cidades apresentaram lacunas, acabam causando um vazio na satisfação de sua população e das cidades menores que buscam esses serviços.

Os itens de melhor desempenho nas quatro cidades médias foram as Instituições de Ensino Superiores e as Agências Bancárias, sendo que Marabá se sobressai as demais cidades. Dessa forma, as diferentes Instituições de Ensino Superiores localizadas nestas cidades, possibilitam a produção de conhecimentos especializados e formação de profissionais mais qualificados para o mercado de trabalho, assim como acabam atraindo habitantes das cidades menores de seu entorno em busca da possibilidade de cursar um curso de graduação. Apesar de algumas cidades menores apresentarem Instituições de Ensino Superiores, mas ainda sim é um número reduzido nestas localidades, assim como a variedade de cursos oferecidos por elas também é reduzida, a maioria dos cursos são voltados para licenciaturas, tornando-se um fator de migração desses habitantes para as cidades médias em busca de outros Cursos.

Quadro 1 – Oferta de bens e serviços nos municípios das cidades médias paraenses e municípios das microrregiões.

Municípios	Agências bancárias	Instituições de nível superior	Serviços de saúde especializados*	Estação de Rádio FM	Geradora de TV	Aeroporto	Teatros ou salas de espetáculos	Domicílios com linha telefônica Instalada	Domicílios com microcomputador com acesso a internet	Transporte coletivo por ônibus intramunicipal
CASTANHAL	9	11	3	Sim	Sim	Não	Sim	14,5%	14,8%	Sim
Bujaru	0	1	0	Não	Não	Não	Não	2,8%	3%	Sim
Inhangapi	0	0	0	Não	Não	Não	Não	3,5%	3,4%	Sim
Santa Isabel do Pará	3	0	1	Não	Não	Não	Não	5,5%	5,7%	Não
Santo Antônio do Tauá	0	0	0	Não	Não	Não	Não	1%	1,9%	Não
MARABÁ	12	18	5	Sim	Sim	Sim	Não	14,3%	15,3%	Sim
Brejo Grande do Araguaia	0	1	0	Não	Não	Não	Não	5,1%	2%	Não
Palestina do Pará	0	0	0	Não	Não	Não	Não	5,9%	2,9%	Não
São Domingos do Araguaia	1	0	0	Não	Não	Não	Não	3,9%	2,4%	Sim
São João do Araguaia	0	0	0	Não	Não	Não	Não	1,9%	0,3%	Não
PARAUPEBAS	12	11	2	Sim	Sim	Sim	Não	11,8%	12,9%	Não
Água Azul do Norte	0	0	0	Sim	Não	Não	Não	3,2%	1,5%	Sim
Curionópolis	1	0	0	Sim	Não	Não	Sim	5,2%	4,2%	Não
Eldorado dos Carajás	1	2	0	Não	Não	Não	Não	1,8%	2,6%	Não
SANTARÉM	9	15	5	Sim	Sim	Sim	Sim	19,7%	12,4%	Sim
Alenquer	3	1	0	Sim	Sim	Não	Não	4,5%	2,7%	Não
Monte Alegre	2	2	0	Sim	Não	Não	Não	1,3%	3,6%	Não
Prainha	0	0	0	Não	Não	Não	Não	0,9%	0,1%	Sim

Fontes: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros 2009, Censo Demográfico 2010; www.ibge.gov.br/cidadesat; <http://emec.mec.gov.br/> e <http://www.infraero.gov.br>.

* Foram considerados serviços especializados: Mamógrafo com estéreo-taxia, Raio X para densitometria óssea, Tomógrafo, Ressonância magnética e Raio X mais de 500mA.

O município de Parauapebas conta apenas com dois dos cinco serviços selecionados na área de saúde e, Castanhal oferece três destes serviços, já os municípios de Marabá e Santarém oferecem todos os cinco serviços selecionados. Por outro lado, as cidades selecionadas que são polarizadas por Marabá, Santarém e Parauapebas, nenhuma apresentou qualquer um dos serviços de saúde selecionados. Enquanto que a cidade de Santa Isabel do Pará, polarizada por Castanhal, apresentou um dos cinco serviços (Raio X mais de 500mA). Diante desses resultados, ou seja, da falta destes serviços nas cidades polarizadas pelas cidades médias paraenses, as pessoas que precisam destes serviços buscam atendimento nas cidades médias.

Em relação aos serviços de comunicação prestados pelas cidades médias paraenses, Santarém apresenta o baixo percentual de domicílios com microcomputador com acesso à internet (12,4%) e Marabá o melhor percentual (15,3%). Parauapebas possui menor percentual de domicílios com linha telefônica fixa instalada (11,8%), já Santarém possui o melhor percentual (19,7%). As quatro cidades apresentaram estações de rádio FM e geradoras de TV possibilitando a difusão das informações de forma mais rápida. Quanto ao acesso aos serviços de saneamento adequado, o melhor desempenho apresentado entre os municípios das cidades médias foi Parauapebas (38,5 %), superando em duas vezes a média percentual estadual (19,0%). Seguido pelo município de Santarém com 27,3%, Marabá ocupa a terceira posição com 15,7% e por último Castanhal com 14,4%.

Tabela 10 - Proporção (em %) de acesso aos serviços de saneamento nos municípios das cidades médias e nos municípios das microrregiões, em 2010.

Municípios	Adequado (1)	Semi-adequado (2)	Inadequado (3)
Castanhal	14,4	78,9	6,6
Marabá	15,7	68,4	16,0
Parauapebas	38,5	58,7	2,8
Santarém	27,3	56,5	16,2
PARÁ	19,0	59,2	21,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

(1) Abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e lixo coletado diretamente ou indiretamente. (2) Domicílio com pelo menos uma forma de saneamento considerada adequada. (3) Todas as formas de saneamento consideradas inadequadas.

A Tabela 11 apresenta a distribuição do saldo líquido dos empregos gerados nas cidades médias paraenses no período de 2004 a 2010. Trata-se de identificar a dinâmica de

geração de empregos nestas cidades e os setores que mais contribuíram para o crescimento. Ao comparar-se o saldo líquido de empregos dos anos 2004 e 2010, constatou-se que houve significativo aumento de empregos em Castanhal e Parauapebas. As cidades de Marabá e Santarém sofreram declínio em 2010. Em 2004, as duas primeiras cidades possuíam saldo líquido de empregos de 751 e 1491, respectivamente. Ascendendo em 2010 para 1686 e 3550. Já Marabá e Santarém, em 2004 o saldo era de 2552 e 1013, respectivamente, decrescendo em 2010 para 1247 e 776. A maioria dos setores econômicos contribuiu para o crescimento do saldo líquido de emprego em Castanhal no ano de 2010, apenas o setor agropecuário teve saldo negativo. Os principais setores responsáveis por este crescimento foram a indústria de transformação, o comércio e serviços. O primeiro teve aumento de 174,5%, já o segundo aumentou 94,1% e o último de 39,6%. Em relação à Parauapebas apenas três dos oito setores contribuíram para o crescimento do saldo de empregos, a saber: a extração mineral, comércio e serviços. O primeiro aumentou em quinze vezes, o segundo onze e o terceiro mais de vinte vezes.

As cidades de Marabá e Santarém apresentaram saldo menor em 2010 quando comparado a 2004. Em Marabá os setores de comércio e serviços foram os únicos que apresentaram crescimento em 2010, enquanto que o setor que teve o pior desempenho foi a indústria de transformação. Já em relação a Santarém apenas o setor de serviços cresceu em 2010 (191%), enquanto que o setor de construção civil apresentou pior desempenho. Marabá é a única cidade que teve seu saldo aumentado no ano posterior a deflagração da crise financeira em 2008. As demais cidades tiveram declínio significativo em 2009. Castanhal, por exemplo, teve queda de 66%, Parauapebas de 95% e Santarém mais de 100%. O melhor desempenho apresentado pelas cidades de Marabá e Santarém foi em 2004, na primeira cidade o setor que mais colaborou para o crescimento foi a indústria de transformação, na segunda foi o comércio. No caso de Parauapebas o melhor saldo observado foi em 2008 sendo a construção civil o principal setor responsável e Castanhal em 2010, ficando a indústria de transformação e o comércio os principais setores responsáveis pelo crescimento.

As atividades econômicas que experimentaram maior crescimento ao longo dos sete anos analisados foram o Comércio e Serviços. No total foram 11.894 empregos gerados pela primeira atividade e 7.955 pela segunda. Destaque é para a atividade Agropecuária que no saldo total do período considerado ficou com saldo negativo de 472. No período analisado (2004 a 2010) foram 36.844 empregos gerados no total, dos quais Parauapebas gerou 43%, Marabá 35%, Castanhal 19% e apenas 9% por Santarém.

Tabela 11 – Evolução de emprego por atividades econômicas nos municípios das cidades médias paraenses de 2004 a 2010.

Atividade Econômica	2004				2005				2006				2007				2008				2009				2010			
	Cast.	Marab.	Parauap.	Sant.																								
Extrativa Mineral	0	35	129	7	0	130	470	-3	0	-92	1661	5	0	85	730	-2	0	2	1211	-2	0	-2	563	-5	0	28	2012	-19
Indústria de Transformação	267	1107	-6	237	661	300	-155	-220	-114	239	176	145	231	587	23	-163	261	327	26	-124	26	-207	318	-214	733	-40	-173	64
Serv. Ind. Util. Pública	2	13	94	8	7	18	61	-11	5	-32	24	-23	-19	25	89	-25	13	-179	-29	-7	58	-6	31	14	16	6	47	-4
Construção Civil	-140	114	1148	79	156	199	372	146	327	201	-516	-4	245	276	357	-166	243	-1348	2908	95	382	2099	-869	-240	67	105	-147	-105
Comércio	409	570	49	530	291	490	372	286	261	743	594	418	597	1032	765	519	815	316	-163	135	22	181	325	-82	794	614	575	436
Serviços	144	494	49	156	129	458	-333	141	145	358	1444	225	73	470	359	287	124	228	33	585	3	109	-187	-60	201	617	1249	454
Administração Pública	0	3	8	0	0	1	0	0	0	2	0	1	10	0	0	0	1	2	5	0	2	0	1	0	0	-1	-1	-2
Agropecuária	69	216	20	-4	-18	-119	-11	-92	-118	-176	-24	-73	-120	75	6	47	4	132	23	-24	8	-79	25	28	-125	-82	-12	-48
Total	751	2552	1491	1013	1226	1477	776	247	506	1243	3359	694	1017	2550	2329	497	1461	-520	4014	658	501	2095	207	-559	1686	1247	3550	776

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego de 2004 a 2010.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 revelam que os municípios das cidades médias concentram grande parte do fluxo migratório paraense, Marabá detêm 31,60% dos migrantes (87.157 pessoas), seguida por Parauapebas com 31,25% (86.045), já Santarém e Castanhal concentram apenas 8,7% e 5,5% (24.079 e 15.238, respectivamente), confirmando-se, dessa forma, as quatro cidades como principais pontos de destino do fluxo migratório, concentrando 77% (212.609) do total de migrantes observados no período. É bastante óbvio o peso assimétrico produzido pelo ciclo mineral concentrado no sudeste paraense, assim Marabá e Parauapebas são responsáveis juntas por quase 2/3 do fluxo migratório paraense.

Tabela 12 - Migração por município das microrregiões das cidades médias paraenses – 2010

Município	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 9 anos	10 anos ou mais	Total	Total %
Castanhal	430	1 326	916	1 539	11 028	15 238	5,5%
Marabá	4 239	6 975	9 650	9 911	56 382	87 157	31,6%
Parauapebas	5 887	11 860	14 831	13 730	39 737	86 045	31,25%
Santarém	1 259	1 560	1 832	2 445	16 982	24 079	8,7%
Pará	13.788	25.790	33.562	33.768	168.528	275.435	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estado do Pará o processo de urbanização resultou no aparecimento de novas cidades e pela mudança do tamanho das já existentes. A dimensão desta nova estrutura urbana vai além das novas relações econômicas. Logo, a reestruturação urbana e intra-regional implica também numa transformação do modo de vida que invade também o meio rural. Pode-se afirmar que, o processo de urbanização suscitou para as estas cidades inúmeros “problemas urbanos”, como são observados nos indicadores de saneamento, emprego, migração e transporte. O estudo apresentado teve como objetivo principal verificar se as cidades paraenses que possuem população superior a 100 mil habitantes em área urbana, excluídas as cidades pertencentes a RMB, desempenham papéis de cidades médias, a partir das cidades de Castanhal, Marabá, Parauapebas e Santarém.

Considerando a dificuldade de estabelecer uma metodologia para pesquisa, adotou-se como critério o limite demográfico o mesmo estabelecido pelos recentes

estudos (ANDRADE; SERRA, 2001; SANTOS, 1993; SANTOS; SILVEIRA, 2001 *apud* PEREIRA, 2005, p. 7) e, a fim de verificar a problemática, partiu-se da premissa que quanto maior é a capacidade de ofertar bens e serviços de uma cidade, maior será seu papel na rede urbana, o que lhe proporciona maior dinâmica econômica e demográfica (SPOSITO, 2004; BECKER; 2010). A partir dessas referências, montou-se um quadro com indicadores para investigar se as quatro cidades em estudos desempenham papéis de cidades médias no contexto regional.

Diante do exposto, observa-se que as quatro cidades desempenham papel de cidades médias, uma vez que a estrutura e diversidade dos bens e serviços ofertados por elas classificam-nas como cidades pólos regionais para o atendimento da necessidade não só de sua população, mas como também da população dos municípios de sua *hinterland*. Através da metodologia adotada, as microrregiões do IBGE, as quatro cidades consideradas apresentaram ser ponto de referência na solicitação de bens e serviços, como por exemplo, melhor estrutura na área da saúde (serviços especializados de Mamógrafo com estéreo-taxia, Raio X para densitometria óssea, Tomógrafo, Ressonância magnética e Raio X mais de 500mA); na área de educação (maior número de instituições superiores e variedade de cursos oferecidos anualmente); disponibilizam maior oferta de serviços bancários; já em relação aos serviços oferecidos de cultura e lazer, apenas as cidades de Castanhal e Santarém apresentaram exclusividade nestes serviços.

As cidades de Castanhal, Marabá e Santarém tiveram sua instalação no período que antecede a década de 1960, diferente de Parauapebas que teve sua promulgação no ano de 1988. Portanto, as três primeiras cidades já desempenham de muito tempo importantes papéis na rede urbana regional. Outra variável investigada foi saneamento básico, na qual constatou-se que as cidades de Castanhal, Marabá, Parauapebas e Santarém apresentaram maior percentual de domicílios possuidores de saneamento adequado em relação as cidades das suas respectivas microrregiões. Vale ressaltar que as duas últimas cidades, apontaram percentual superior a média estadual, proporcionando uma melhor qualidade de vida para a população urbana dessas cidades. Entretanto, esse percentual não alcança nem a metade dos domicílios pertencentes a estas cidades.

Com relação a ideia defendida por alguns autores (SANTOS 2010; ANDRADE; SERRA, 2001 *apud* PEREIRA, 2005) de que as pessoas migram para as cidades médias por que vêm nelas oportunidades de empregos. Neste contexto, apenas Castanhal tem a

capacidade de fixar migrante, as demais cidades apresentaram número de migrantes superiores em relação a oferta de empregos, no período de 2005 a 2010, ocasionando certa frustração para as pessoas que migraram com esse objetivo.

Com relação à importância destas cidades diante dos municípios menores, as cidades de Marabá, Parauapebas e Santarém servem de base para o deslocamento para outras cidades dentro das suas mesorregiões e com a capital do estado, pois somente estas apresentam aeroportos. Já a população da microrregião de Castanhal utiliza o aeroporto de Belém, já que essa cidade está posicionada a um raio menor de 100 km da capital paraense.

Por fim, diante das informações obtidas na presente pesquisa, fica comprovado que as quatro cidades selecionadas são capazes de ofertar bens e serviços para os municípios das suas microrregiões. Dessa forma, preenchem uma lacuna existente entre as pequenas cidades e a metrópole, ou seja, exercem papel intermediário na rede urbana das quais são pertencentes, colaborando na dinâmica dos fluxos da rede urbana no estado do Pará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM FILHO, O.; SERRA, R.V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ALMEIDA, T; SERRA, R. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001, p. 1-34. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/cidadesmediabrasileiras/capitulo1_evolucao.pdf. Acesso em: 04 de agosto de 2011.
- ANDRADE, T. A.; SANTOS, A. M. S. P; SERRA, R. V. **Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: a experiência do período 1980/96**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n. 747). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0747.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2011.
- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea, 1998. (Texto para Discussão, n. 554). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0554.pdf>. Acesso em: 04 de agosto de 2011.
- BAENINGER, R. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, **Anais...** Caxambu, MG, Abep, 1998, p. 729-772. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a150.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2012.
- BECKER, B. K. Dinâmica Urbana na Amazonia. In: Diniz, C. C.; Lemos, M. B.. (Org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005, p. 401-428.
- . Manual do candidato: geografia. Brasília: FUNAG, 2009.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 221-236. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>. Acesso em: 11 de junho de 2012.

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidade das cidades amazônicas. In: Castro, E. (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008, p. 13-39.

CORTÊS, J. C.; D'ANTONA, A. O. Reconfiguração do Meio Rural no Oeste do Pará: uma abordagem multiescalar da mobilidade e distribuição da população, e da mudança no uso-cobertura da terra. In: **V Encontro Nacional da Anppas**, 2010, Florianópolis. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT14-376-907-20100903222640.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2011.

COSTA, E. M. da. Cidades médias: contributos para sua definição. **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa, XXXVII, n. 74, p. 101-128, 2002. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2002-74/74_05.pdf. Acesso em: 24 de junho de 2011.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.14, n.4, p.21-33, out./dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf>. Acesso em: 9 de maio de 2012.

MATOS, R. Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2000. v. 1, Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/>. Acesso em: 9 de maio de 2012.

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/58/61>. Acesso em: 09 de maio de 2012.

PEREIRA, F. M.; LEMOS, M. B. Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.33, n.1, p. 127-165, abr. 2003. Disponível em: <http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/88/63>. Acesso em: 24 de junho de 2011.

PEREIRA, J. C. M. **Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)**. 2004, 139 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Cidades_medias_amazonia.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2011.

REBELLO, F. K. *et al.* **Dinâmica populacional na AMAZÔNIA: o caso dos Estados do Amazonas e Pará**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47, 2009, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/903565/1/909.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2011.

REIS, Adebaro Alves dos. **Estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea do município de Igarapé-Miri (PA)**. Universidade Federal do Pará, Dissertação de Mestrado. Belém, 2008.

REIS, D. S. dos. **As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia Brasileira**. 2009, 204 f. Tese (Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em:

- http://www.cedeplar.ufmg.br/demografia/teses/2009/Douglas_Sathler.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2012.
- SÁ, M. E. R. de; COSTA, S. M. G. da; TAVARES, L. P. O. O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, A. C. D. (Org.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006, p. 113-157.
- SANTHLER, D.; MONTE-MÓR, R. L.; CARVALHO, J.A.M. de. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 11-39, janeiro-abril. 2009.
- SANTOS, A. M.S.P. Urbanização Brasileira: um olhar sobre o papel das cidades médias na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Carlos, V. 12, N. 2 / Novembro de 2010, p. 103-119. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/256/240>. Acesso em: 25 de maio de 2012.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SERRA, M. A.; FERNÁNDEZ, R. G. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 22, jan./jun. 2004. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V13-F2-S23/Serra_Fernandez.pdf. Acesso em: 21 de maio de 2012.
- STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ALMEIDA, T; SERRA, R. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001, p. 1-34. Disponível em: http://agencia.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/cidadesmediabrasileiras/capitulo2_cidademedias.pdf. Acesso em: 7 de junho de 2011.
- SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP/FAT: GASPERR, 2001. p. 609-643.
- . **Capitalismo e urbanização**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- . Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía - UNAM**, n. 54, 2004, p. 114-139. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/569/56905408.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2011.
- TRINDADE, J. R. B. Expansão periférica e exclusão social no espaço urbano de Belém na segunda metade da década de 80. **Revista do Centro Sócio-Econômico**, Belém, v. 4, jan./dez. 1997, p. 95-115.
- TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. Cidades médias na Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **XIV Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, maio de 2011. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/saint_clair.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2012.